

Não cabe no breve espaço deste ensaio, fazer a demonstração do que acabo de afirmar. Sem pretender de modo nenhum o papel de descobridor, pois não faço senão exprimir o que muitos pensam, tenho no entanto uma outra pretensão: a de que este breve e imperfeito esboço seja início de estudos mais profundos sobre um assunto que conduz directamente ao centro das mais altas preocupações da mocidade latina. Não se trata de modo nenhum de fazer glosas ao que os doutrinadores escreveram. Esse processo é demasiado estreito e a pouco mais pode levar que à catalogação de ideias e à contemplação budística, de olhos para dentro, a ruminar pensamentos.

Como bem notava Chesterton, é próprio do cristão abrir os olhos para fora, para cumprir o ideal da Sabedoria e avançar alegremente. E se Chesterton o notou no cristão perfeito, nós o notamos no homem que em grande parte abriu o nosso caminho e cujos passos firmes, sempre em frente, a tantos anos da sua morte podemos sentir.

V

Situação da Política no Humanismo

Situação da Política no Humanismo

A meditação sobre a Política é, para o homem de hoje, um caminho natural. A crise da Modernidade é tão profunda, que até às raízes se descobre a árvore cansada das tradições, dos hábitos ancestrais, de tudo quanto foi História e fez História. E, como aconteceria se o Mar se houvesse súbitamente esvaziado, os homens acorrem, pressurosos e inquietos, para verem aquilo que desde a origem estivera oculto. E é tão grande a emoção desta descoberta, tão profundo o revolver a que é sujeita a natureza humana, que ao homem deste século se afigura por vezes que no *imane*nte do próprio ser humano já está a ser abraçado tudo o que fora julgado *transcendente*. Acontece também, por outro lado (isso depende de pendores espontâneos e de formação remota), que, para alguns, tudo quanto é terreno passa a ser como que diluído em formas religiosas já de si, para eles, mal definidas. Por estas vias se chega, em qualquer caso, à incompreensão da Polí-

tica. Para uns, está nela toda a regra e todo o ritmo da vida humana. Querem-na outros totalmente assumida e absorvida pela esfera dos valores celestes. Na medida em que a realidade não lhes está de acordo com a imaginação, uns acometem, brutais, tudo quanto no Homem é divino; os outros afastam-se, enjoados, repugnando-lhes qualquer compromisso com o *terrenal*. Não é a Política tudo? Destrua-se o que fora dela existe! Não é a Política simples parcela de um todo espiritual? Seja lançada aos animais imundos!...

Importa, mais que nunca, evitar, pela meditação do *real*, qualquer destas atitudes anti-naturais. Aquilo contra que uma e outra se rebelam é a *própria Creação divina* (e esta consideração deve bastar a convencer do seu erro os cristãos desprezadores da Política); é a *própria realidade* (e isto bastaria para convencer os marxistas, se na raiz do Marxismo não estivesse um idealismo perversor).

Neste pequeno ensaio se procurará, embora sem aparato filosófico ou escolástico, conhecer a Política através da sua situação no Humanismo. Refutando, na intenção, ambos aqueles vícios, é contudo menos a marxistas que a cristãos-idealistas que o autor pretende dirigir-se.

Humanismo e Política

O Humanismo é uma espécie de Absoluto. É, por definição, o que basta ao homem. Definindo-o, real e idealmente, esgota-o. Fora do Humanismo, nada subsiste do que é humano.

Será a Política um Humanismo? Há uma Política que o pretende ser: o Comunismo.

O comunista-essencial é o homem pagão por excelência. Ei-lo na Terra, vivendo a vida da Terra, saboreando os frutos da Terra, conquistando, com violência puramente física, uma felicidade puramente terrena: rendendo o coração aos ídolos mundanos...

Na Política comunista, o católico não pode entrar. Seria negar-se a si próprio. Ou o homem crê no Absoluto transcendente, ou se julga a si mesmo (individual ou colectivamente) o Absoluto. Ou o homem aspira a outra vida, ou se contenta com esta. Entre o Cristianismo e o Comunismo há oposição lógica. Porque há um Humanismo cristão, não pode haver, para um cristão, um Humanismo político.

Humanismo cristão

Haverá porém um Humanismo cristão?

Numa hierarquia de planos, o Homem aparece como o traço de união entre Deus e o Mundo. Porque o Homem está no centro do Universo e Deus habita o coração do Homem. O mais íntimo é o mais nobre (como é o mais inextenso, o mais essencialmente espiritual). E assim, numa hierarquia de valores, o *humano* está entre o *divino* e o *terreno*.

Criando o Homem, Deus pôs no Mundo a Sua própria «imagem e semelhança». Foi como se ocultasse na grande massa do Universo um fermento divino, que daria a toda a Criação carácter sagrado. Imagem e semelhança de Deus, o Homem é, de todos os seres criados, o chefe natural — o Pontífice que eleva a Deus o Mundo. A sua vida ordena-se

do inferior para o superior, a partir da fraqueza do barro para as alturas da sublime graça. A natureza recebe o apelo paternal de Deus, e a sobrenatureza, já neste Mundo, dá ao Homem os meios de seguir esse apelo.

Humanismo integral é em verdade o Cristianismo: visão do Homem em todos os seus planos, visão íntima da essência humana e profunda intuição do que, para além da essência, é, maravilhosamente, o próprio Deus no Homem. Na concepção cristã (e é este um outro aspecto humanístico do Cristianismo), tudo está ao serviço do Homem. É a causa final da própria Igreja de Cristo. Como resumia S. PAULO: «Todas as coisas são nossas; nós somos de Cristo: Cristo é de Deus». Quem professasse esta doutrina humanista não pode professar outra.

A Política no Humanismo Cristão

Importa agora saber se a Política pode integrar-se no Humanismo cristão, ou se, pelo contrário, são termos que se excluem.

Vimos que o Cristianismo é um Humanismo integral, o que quer dizer que tudo quanto é humano entra na sua construção.

Ora é evidente que a Política é qualquer coisa de humano. É a ciência e a arte de reger os homens. Neste sentido largo, o primeiro dos políticos é o próprio Deus, que, na Sua providência, é o primeiro obreiro da História. Restringindo o sentido da palavra ao seu uso normal, *Política* é a ciência

e a arte de os homens se regerem. Têmo-la colocada no campo do Humanismo.

Que a Política é necessária, facilmente se prova. O Homem é um ser social. Quer dizer que a essência humana está distribuída por uma pluralidade e, em cada indivíduo, é o semelhante a atrair o semelhante. É por natureza que os homens vivem em sociedade. Ora esse viver tem de ordenar-se segundo um sistema. Numa sociedade, é forçoso que haja posições definidas, que cada um entre no conjunto como elemento concordante. Isto, para que a Sociedade constitua uma unidade, forme uma síntese. A Sociedade é, formalmente, uma Ordem. Se o homem fosse o Ser Perfeito, não seria necessária a Política: a Ordem nasceria de si. Porque somos imperfeitos é que a Política é indispensável.

Mas como é que a Política consegue a Ordem? (Note-se que, por esta palavra, não se entende aqui a ordem exterior, nem sequer a boa ordenação dos serviços públicos, mas a Ordem fundamental, espiritual, donde toda a ordem há-de derivar-se). Como é que a Política consegue a Ordem?

Podemos responder: porque, já em si, é Ordem. Há valores políticos; e porque os homens procuram a realização dos valores, não-de respeitar os valores políticos. Se a Política fosse apenas; se a Política for apenas uma forma de domínio, não conteria valores, porque nada mais terá senão a força bruta, e só o Espírito é sede e fonte de valores. Só a Política que pode agir em nome do Espírito é a ciência e a arte de conduzir os homens. Satisfaz às condições que Dionísio Areopagita, o velho pensador de

profunda visão, exigia à Hierarquia: ordem, ciência e acção. (1)

Ordem, porque vem do Espírito, desce sobre os homens como sobre a matéria a forma ordenadora. Ciência, porque é um corpo sistemático de princípios. Acção, porque é Arte a exercer, sempre com o fito no *mais perfeito*.

Assim enriquecida com estes três elementos, a Política é qualquer coisa de sagrado, não no sentido sobrenatural, mas no sentido em que o próprio Homem, encarado que seja na sua simples natureza, é já no Mundo a presença do Sagrado, na medida em que o Criador nele Se reflete com semelhança. E é por isso mesmo que a Política é geradora da Ordem, e, como tal, inseparável das sociedades.

Vimos que a Política é necessária, e por que o é. Importa ver se é suficiente. É fácil provar que não; nem se faria a prova se não fosse o desejo de seguir até ao fim o caminho traçado.

Efectivamente, a Política diz respeito às relações dos homens uns com os outros: não, ou só indirectamente, a cada homem.

Ora o Homem, pela sua essência em cada um presente, é sede de valores. Metafisicamente, pode supor-se um homem só. E esse homem possuiria os íntimos tesouros da natureza humana; seria a imagem de Deus, a qual (segundo o pensamento de

(1) Dá-se aqui, sem significado científico, o nome tradicional àquele Autor que modernamente se considera um «Pseudo-Dionísio». As suas obras são as seguintes: Da Hierarquia Celeste, da Hierarquia Eclesiástica, Dos Nomes Divinos, Da Teologia Mística e algumas Cartas. A edição mais acessível é talvez a de Maurice Gandillac (Aubier).

S. Bernardo) (2) é o apelo à semelhança com Deus. Há pois valores humanos independentes da vida social. Tanto vale dizer que a Política não serve à plena realização do Homem. Isto, ainda na ordem natural. Na sobrenatural, poderíamos supor também um homem-só, recebendo na alma a graça de Deus.

A Política é necessária, mas não é suficiente. Logo, está integrada num todo, tem de inserir-se numa linha completa. É elemento do Humanismo.

Dois Humanismos: duas Políticas

Vimos que há, fundamentalmente, dois Humanismos: o cristão e o pagão, este representado hoje, antes de tudo, pelo Comunismo.

Quer dizer que a Política tem de ser parte de um destes Humanismos. E, neste sentido, podemos dizer: neste momento da História, só pode haver duas Políticas: a católica e a comunista.

Mas não podemos fazer esta afirmação sem um cuidadoso esforço esclarecedor: Há uma Política que se possa dizer católica?

Quando o afirmamos, é porque temos presente o carácter integral do Cristianismo. Toda a actividade do cristão deve estar na linha do seu Humanismo. (Fora do Humanismo, nada subsiste do que é humano). O Humanismo cristão, ao ganhar o novo elemento divino, nada perde do Humanismo natural. Mas, porque a cúpula do Humanismo cristão é a sobrenatureza, ele não seria um Humanismo

(2) Cf. P. Vignaux, *O Pensar da Idade Média* (trad. Pinto de Carvalho), Coimbra Editora, págs. 63-64.

se a natureza se não ordenasse à sobrenatureza. É claramente impossível que o Humanismo cristão contenha um elemento anti-cristão. É por igual impossível que o Humanismo cristão não inclua um dos elementos da natureza humana.

Ou seja : ou a Política do católico é católica — e o Humanismo católico é uma realidade; ou não é católica — e não há Humanismo católico.

E no entanto pode subsistir uma dificuldade: por que havemos de chamar cristã a essa Política? Não será o Cristianismo alguma coisa de sobrenatural? Não será a Política alguma coisa de natural?

Indubitavelmente. Mas há que atender a esta verdade: na pluralidade de planos que definem o Homem, não há apenas sobreposição: há hierarquia. E, onde houver hierarquia, há assimilação. A hierarquia não é apenas um sistema de posições recíprocas: é um *processo*, uma vida. O mais alto não domina somente: transforma o mais baixo. Onde há hierarquia, há nobilitação. Isto, porque o elemento superior assimila, embora não completamente, o elemento inferior. E, de todo o contacto entre eles, não resulta, não pode resultar a mancha do mais nobre, mas sempre a melhoria do mais vil. Na hierarquia, a assimilação é progressiva.

É olhado a esta luz que o Humanismo cristão se nos revela em toda a sua clareza como um todo hierárquico, em que o plano mais alto há-de transmitir a todos os planos (segundo, mais uma vez, a concepção dionisiana), a *pureza*, a *luz* e a *perfeição*.⁽³⁾ De nenhum plano inferior há-de subir ao plano superior qualquer elemento que vá pertur-

⁽³⁾ *Da Hierarquia Celeste*, cap. III.

bar a sua nobreza primeira. Do primeiro plano é que hão-de descer, como espírito benfazejo, sucessivamente sobre cada plano, a *ordem*, a *ciência* e a *acção* que *purifiquem*, *iluminem* e *aperfeiçoem*.

Por aqui se vê quanto importa defender que em cada plano do Humanismo cristão deve estar de algum modo presente o plano superior; o que equivale a justificar de uma vez para sempre a designação «Política cristã», desde que outra coisa não queiramos significar senão, precisamente, que também a Política dos católicos há-de ser à imagem e semelhança dos supremos valores do Cristianismo. Está a Política bem longe desses supremos valores, que tocam o próprio seio da Divindade oculta. Mas também o homem está bem longe de Deus — e não deixa de ser, no testemunho bíblico, a Sua imagem e semelhança. No Humanismo cristão, tudo é cristão; ou o Humanismo não seria uma ordenação hierárquica de planos.

Confronto das duas Políticas

Por isso, voltando um pouco atrás, podemos repetir: neste momento da História, há, neste sentido, duas Políticas: a Política cristã e a Política comunista. Aquela, subordinada a um todo, integrada num todo, cujo sentido se define por uma linha ascensional, que parte do *limo da Terra* e vai perder-se no coração de Deus. A segunda, cujo sentido se pode definir por uma linha curva, uma curva fechada, que parte da Terra para voltar à Terra, circundando o Homem, envolvendo o Homem, asfixiando o Homem no círculo fatal das suas próprias misérias.

Nesta opposição radical, não há lugar para compromissos: Ou o Absoluto é transcendente, ou o Absoluto é imanente.

A Igreja e a Política

Há pois uma Política cristã, uma Política própria do Humanismo cristão. E no entanto, a quem me perguntasse se a Igreja tem Política, qual é a Política da Igreja, eu só responderia, como eco das vozes responsáveis, que a Igreja não tem Política. Essas vozes de que eu seria o eco não desautorizam em nada o que se tem estado a defender.

A Igreja não tem Política. Mas há uma Política a que se deve chamar católica. Procuremos desfazer a impressão de incoerência, ou de absurdo.

Quando se diz que a Igreja não tem Política, ou quando se pretenda afirmar o contrário, tem de se ter presente o verdadeiro carácter da Igreja.

A Igreja é uma sociedade cuja origem, vida e destino são sobrenaturais. Sobrenatural na origem, porque foi fundada por Deus. Sobrenatural na vida, porque a sua vida íntima, a sua alma e o seu sangue são divinos. Sobrenatural no destino, porque nasceu para «esposa» de Cristo e esses esposais serão no Mundo de Deus. A Igreja, em si mesma, substancialmente, é o Reino de Deus entre os homens.

Deus não tem outra Política senão a Sua providência: em si mesma, não tem a Igreja outra Política senão afeiçoar este Mundo à providência de Deus.

Também o cristão, é certo, tem algo de sobrenatural — e faz política... Mas, no homem, a sobre-

natureza é um acréscimo. A Igreja é (permitted-me o aparente paradoxo?) *naturalmente sobrenatural*.

Não estranhemos, por isso, que a Igreja não tenha Política. A sua missão é específica. Fundada para elevar o Homem até Deus, é o meio de que o Homem deve lançar mão para cumprir o seu destino religioso, seguindo o apelo de Deus, que permanentemente o atrai.

Se é um meio para o Homem; se, como há pouco se dizia, o Homem é sua causa final — digamos, sem paradoxo nem escândalo, que a Igreja é menos *extensa* que o Homem. Diz respeito a um aspecto do Homem (que é, bem o sabemos, o mais nobre, mas não deixa de ser um aspecto). Não se substitui ao Homem. Está no plano sobrenatural, e só nele. A Política está no plano natural, e só nele.

...No Homem se interceptam os dois grandes planos. Pela Graça, pertence ao plano sobrenatural. Por si mesmo, porém, pertence ao plano natural.

É a Igreja, como sociedade em que pulsa a vida de Cristo, que lhe transmite a vida sobrenatural e o conduz, portanto, indiscutivelmente, àquele mais alto plano que considerámos já como a cúpula do Humanismo cristão. Quer dizer que é a Igreja, afinal, quem dá ao Homem a suprema forma da hierarquia humanista. Quer dizer que a Igreja é responsável pela atitude do católico-tipo, em qualquer dos planos da vida, pois que em cada um deles há-de estar presente, em maior ou menor grau, a participação do plano mais elevado. Vimo-lo ao considerarmos o Cristianismo como uma hierarquia. Não o iremos negar agora, por parecer que assim se invalida a afirmação absoluta de que a

Igreja não tem Política. Mantenhamos os dois princípios!

Não se nega, antes se afirma, que, no mais alto plano a que o Homem pertence ainda, no plano donde parte o princípio assimilador de todos os outros, a Igreja tem de estar presente, porque esse é o plano do sobrenatural, e é precisamente aí que a Igreja reside.

Não se afirma, porém, antes se nega, que a Igreja se reparta por todos os planos do Homem. Não. O Homem é um ser vivo e um ser livre; tem uma personalidade, que é sujeito de todos os *actos humanos*. Nos seus actos políticos como em quaisquer outros, é essa personalidade que se afirma. Ela deve ser, no momento-síntese da vontade livre, a única definidora de tudo quanto, na ordem prática, pertence ao Homem. Não é a Igreja que age, quando o católico age. A personalidade humana, nem as Pessoas Divinas Se impõem.

O Católico e a Política

É pois o homem-católico que há-de apropriar-se do grande tesouro de sobrenatureza que a Igreja lhe oferece em nome de Deus, e que há-de ordenar todos os seus planos a esse supremo plano integrador. Na Política, quem está presente é o Homem; embora, naquela a que chamámos católica, haja sido a Igreja, para o Homem, a fonte do princípio ordenador. Mas ela não sai do plano sobrenatural. A Igreja, como Igreja — Esposa de Cristo — só tem palavras de vida eterna.

O católico, sim: tem de falar a linguagem terrena... Somos políticos porque somos homens, ho-

mens concretos. Há em todo o homem um mínimo de político: na medida, pelo menos, em que é fruto de uma sociedade e em que sente nos outros homens o mesmo fundo essencial que a todos faz irmãos. Como homem, o católico situa-se no terreno da Política.

Ora, se dizemos que a Política é necessária; que a Política deve conter valores espirituais; que a Política tem de integrar-se num Humanismo (pois não é proporcional à grandeza do Homem); se dizemos que em qualquer Humanismo há-de haver hierarquia de planos, e que *hierarquia* exige assimilação progressiva; se dizemos que o elemento sobrenatural do Cristianismo é o supremo integrador de todos os elementos do Humanismo cristão — temos de concluir que é eminentemente próprio do católico entrar decididamente no campo da Política. Como há-de alhear-se dela aquele que quer realizar todos os valores do Humanismo?! Bem ao contrário, o católico deve ser, por excelência, o homem-político. Consciente de ser o portador da única Verdade («*crístóforo*»), não pode arrecadá-la na própria alma. Toda a obra de Deus é uma *revelação*. Toda a obra do católico deve ser também uma revelação. Todos os dons lhe foram dados para os transmitir. Retê-los, é paralizar a própria vida no grande corpo hierárquico da Criação divina.

Se existe um plano político necessário para o Homem; se nesse plano se hão-de decidir os destinos terrenos dos homens; se tudo tem repercussão no Além — como pode a consciência católica desinteressar-se dos problemas políticos? Quanto mais clara for a sua consciência, tanto mais o católico se sentirá chamado a entrar no campo da Po-

lítica, para lhe levar aquela mensagem de Verdade e de Bem, aquela mensagem de Cristianismo forte, de que o Mundo está sequioso e súplice.

Para o católico português (nem por ser «peregrino» o católico é menos enraizado, menos *histórico* que o não-católico), os primeiros problemas políticos são, naturalmente, os da Pátria Portuguesa.

Se o Estado é o mais alto grau das sociedades naturais, nele devem enquadrar-se as preocupações permanentes do político. No Estado, não apenas considerado como conjunto dos órgãos da Soberania, mas como a Nação organizada e viva, na plena exuberância das suas virtualidades.

Neste profundo interesse pela sorte da Pátria, deve ainda o católico distinguir-se, porque lhe foi dada a graça de amar com caridade, que é a forma maravilhosa por que Deus Se ama a Si próprio. A caridade para com Deus encontra na caridade para com a Pátria a sua mais alta concretização. Este amor é um amor *de obras*, um amor operante. Longe de ser um sentimento vago, justifica-o a razão, à medida que o instinto o robustece. É um patriotismo que não deseja apenas: procura o bem da Pátria. Nesta linha de acção, o católico consciente deve ser o primeiro a manifestar-se.

...Em nome da Igreja? — Não. Como católico? — Sim.

Como católico, porque em todos os problemas do Homem o católico tem para dizer uma palavra sua. Onde e quando o católico não falar, falará o anti-católico. Onde o católico estiver autenticamente, tudo ficará repassado de um pouco ao menos de Cristianismo.

Com esta intervenção autenticamente católica, nada poderá perder a Política genuína. Bem ao contrário: os valores políticos, que têm em Deus a sua origem — embora a título natural — tudo terão a lucrar, ordenando-se aos valores cristãos, sobrenaturalmente ligados à mesma fonte. Onde uns falam do Criador, podem os outros falar do Pai.

Política e Religião

Não vamos, no entanto, confundir os planos, tratando da Política em termos religiosos. São coisas efectivamente distintas. E é precisamente na medida em que souber ser, no campo da Política, verdadeiramente *político*, que o cristão estará a conformar-se com o plano de Deus.

No Plano de Deus, nenhuma coisa é inútil, e o bem de cada coisa está em ser o que é. E no entanto, bem grave seria esquecer que a Criação é uma hierarquia e que, na hierarquia, tudo se integra numa perspectiva superior.

Quer isto dizer que a Política, se é, por um lado, independente, é, por outro, subordinada à Religião.

Podíamos tentar a formulação de uma regra: nenhum valor político se atinge pela negação de um valor religioso; ou: a Política está no caminho da Religião.

Isto é: o Homem, ao realizar-se plenamente, é um «animal religioso»: e o religioso transporta em si o político.

Religião e Personalismo

Ora a Religião, cúpula de toda a construção humanista, outra coisa não é senão a integração do Homem no círculo divino do Personalismo (4). O Homem realiza-se integralmente na medida em que atinge as formas ideais da Personalidade. É em Deus que ele atinge a sua plenitude. Logo, a personalidade confunde-se com o próprio ideal religioso do Homem. É pois a Pessoa Humana que a Política deve ordenar-se, se quiser servir as Pessoas Divinas:

nenhum valor político se atinge pela negação dos valores pessoais;

a Política está no caminho do Personalismo.

Estas regras (cuja presente formulação é evidentemente discutível) não são regras arbitrárias, ou pragmáticas. São a própria tradução das realidades — daquelas realidades profundas onde se pode ler o verdadeiro e integral sentido da Criação divina.

Pois que é o mesmo o Criador de todas as coisas, a Criação é no fundo homogénea. E, se o Senhor entregou a cada homem o formidável poder de para si mesmo recriar o Mundo, é próprio do cristão afastar-se daquela atitude anti-metafísica que precipitou Lúcifer no Abismo, e retraçar, no seu âmbito próprio, o gesto inicial do «fiat» divino. O cristão é aquele que está de posse da Sa-

(4) Esta palavra não tem, aqui, o sentido filosófico-ideológico que conhecem os leitores de Maritain. O contexto já parece definir-lhe um sentido ao mesmo tempo mais abstracto e mais ontológico.

bedoria: porque interpretou o Mundo como Deus o criou.

É por isto, em última análise, que o cristão nunca será político cristão, se, no campo da Política, tomar posições inconciliáveis com o Personalismo; posições que a Religião, ao procurar a plena realização do Homem, tenha de corrigir.

Esta parece ser uma atitude política eminentemente católica. Mas por igual compete aos católicos nada negar à Política do que legitimamente lhe pertence. Na linha geral do Humanismo cristão, a Política é a realizadora da Ordem.

A Política e a Harmonia contingente

No seio da harmonia universal, cada homem, consciente e livre, é uma unidade própria, um mundo para si, que a cada momento está pronto a agir como força centrífuga, ameaçando a unidade da Criação. Pela Política é que os homens se vinculam à Harmonia, para que a semelhança de Deus, que nele se espelha embaciadamente, não se apague de todo sob o espesso nevoeiro do Mito, mas se aclare cada vez mais, na medida em que cada um dos homens se integre na divina perspectiva unificante.

É ao menos neste sentido que a Política é sagrada, porque procura tornar *ortodoxo* o que pende para a *heterodoxia*. É ela que realiza as formas *canónicas* da vida humana.

Essas formas, quaisquer que sejam, são boas, desde que realizem a Harmonia, retraçando na Humanidade a forma que o Criador deu à Sua obra.

A Política perante o Absoluto

Houve domínios que Deus deixou à acção do Homem. Como a Cultura, a Política é obra nossa. Mas não pensemos que a nossa obra seja indiferente aos olhos de Deus. Diante do Absoluto, nada é indiferente: há sempre o *melhor* e o *pior*. Como no alto mistério da Redenção, a vontade de Deus é que os homens completem a Sua obra. Não é indiferente que a completem... ou a desfaçam.

O cristão, quando pisa o terreno da Política, deve ter sempre presente esta verdade, para não cair no diletantismo, para não encolher os ombros diante dos problemas, dizendo que apenas lhe interessa salvar o que no Homem há de essencial e impercível. Em Política, do que se trata é de organizar a Humanidade, segundo as formas de vida social que melhor sirvam o ideal da Harmonia. Ora o que é necessário é apreender, através do vário condicionalismo da vida, por entre as coisas transitórias e os puros acidentes, as regras capazes de construir na Terra aquele *Cidade do Homem* que reflita, prepare e anuncie a *Cidade de Deus*.

VI

A Moeda, o Homem e Deus